

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Em 2012 a Maestro completou o primeiro ano de seu novo ciclo de crescimento, iniciado com o aporte de R\$ 30 MM em Out/2011, tendo alcançado com sucesso importantes avanços que servirão de base sólida para o seu modelo de negócio nos próximos anos.

Ainda no primeiro semestre, implantamos e sedimentamos as práticas de boa Governança Corporativa, revisamos e atualizamos controles e sistemas e concluímos a formação de uma equipe de gestores e profissionais qualificados para atendimento às exigências e demandas competitivas do segmento. A partir de Junho/12 inclusive passamos a revisar a Companhia (revisão das informações contábeis intermediárias) trimestralmente.

Em relação a 2011, as receitas de 2012 apresentaram crescimento de 50% passando de R\$ 29,5 mm para R\$ 44,3 mm, com aumento de 13% na receita de aluguel, não obstante o mercado não ter sido propício no primeiro semestre de 2012 a um crescimento expressivo. A equipe comercial viu neste cenário a oportunidade de melhorar o perfil da carteira de clientes existentes. Desta forma, foi concluída de forma bem sucedida a migração gradual de clientes em setores de utilização mais severa (com menor previsibilidade do valor residual) e com *rating* de crédito mediano, para outros com melhor uso e melhor histórico de assiduidade em pagamentos.

No segundo semestre, e já com a Companhia estruturada, preparada e com *portfolio* de clientes, buscamos a retomada de patamares mais expressivos de crescimento de novos contratos. Os frutos deste esforço foram colhidos de forma mais concentrada nos últimos dois meses do ano, perfazendo um total de 1.245 novos carros contratados até Dez/12. Esta quantidade expressiva de veículos esteve em fase de implantação em dezembro, gerando custos sem ainda a devida contrapartida de receita, o que só ocorrerá plenamente a partir de março de 2013.

A abertura da primeira loja de usados da Maestro em junho também foi importante para incrementar o controle sobre a venda de seus ativos, e também aumentar o valor residual de seus veículos vendidos. Em que pese a restrição ao financiamento de automóveis sofrida no ano de 2012 e a natural maturação da loja, 11% da frota no segundo semestre do ano foi vendida por este canal.

Do resultado anual antes de impostos reportado, (R\$2.661 mil), (R\$910 mil) ou 34% são perdas reconhecidas de clientes antigos (faturamentos de 2011 principalmente). O esforço de melhora no perfil da carteira trará benefícios tangíveis na melhora deste indicador já a partir de 2013. A venda de veículos por sua vez contribuiu negativamente em (R\$762 mil), ou 29% do resultado antes dos impostos, quase totalmente gerado pela redução da alíquota do IPI. Neste número estão contidos (R\$101 mil) de *impairment* adicional para os primeiros seis meses de 2013, período no qual o IPI retornará gradualmente ao valor original. O terceiro grande vetor inibidor do resultado foi o reconhecimento de (R\$280 mil) em custos não recorrentes de reestruturação (como a desvinculação completa do Grupo Aba) e mudança de sede física.

Somados, estes três fatores representam quase 78% do resultado reportado. O restante deve-se aos já mencionados custos de preparação de veículos em dezembro e aos custos de estrutura ainda não totalmente diluídos ao longo do ano. Com a nova frota implantada, os resultados projetados a partir 2Tri/13 já são consistentemente positivos.

A frota total atingiu 2.969 veículos, crescimento de 16,4% em relação a 2012, com valor de mercado FIPE de R\$ 74,3 MM. Esta frota foi financiada pelo aumento da dívida líquida em R\$ 16,5 MM no ano. A relação de frota por dívida líquida de 1,5x em Dez/12 é bastante adequada ao momento da Companhia em seu ciclo projetado de crescimento.

Para 2013, a Maestro iniciará o ano com o objetivo de tornar operacional (gerando receita) a grande quantidade de carros contratados e em implantação que em dezembro de 2012 totalizavam 708 carros. Concluída esta etapa, acreditamos em crescimento expressivo de margens a partir do 2tri/13, através da diluição de custos fixos e melhorias operacionais implantadas ao longo dos últimos meses.

A ausência de fatores não recorrentes, como a isenção do IPI e a elevada provisão de perdas passadas, corrobora a expectativa de crescimento de resultados.

Neste contexto, os pilares fundamentais de diferenciação pelo atendimento ao cliente, respeito ao *pricing*, e monitoramento e avaliação permanente de riscos, estão consolidados como elementos de nossa cultura e garantirão que nosso crescimento continue a ser feito de forma responsável e sustentável financeiramente.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais apresentadas no relatório da administração, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Maestro Locadora de Veículos S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados e emitimos relatório datado de 18 de maio de 2012 contendo as seguintes modificações:

- a. A administração da Companhia efetuou a revisão dos valores residuais e vidas úteis do ativo imobilizado para a rubrica de veículos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 ao invés de em 1º de janeiro de 2010, registrando um ajuste de despesa de depreciação em 2011 no montante de R\$ 5.763 mil, o qual inclui também o efeito da alteração da depreciação de períodos anteriores. Não foi possível identificar o impacto na despesa de depreciação de 2011 do efeito da alteração da depreciação de períodos anteriores. Conseqüentemente, não pudemos através de outros procedimentos de auditoria, satisfazer-nos quanto a despesa de depreciação no montante de R\$8.525mil registrada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.
- b. Não nos foi apresentada toda a documentação suporte para a elaboração da demonstração do fluxo de caixa da Companhia, não sendo possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a referida demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, através de outros procedimentos de auditoria. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar se haviam ajustes sobre os valores apresentados na demonstração do fluxo de caixa da Companhia para o exercício findo naquela data.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência dos possíveis efeitos desses assuntos sobre a comparabilidade dos valores do período corrente e valores correspondentes.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos sobre os valores correspondentes dos assuntos descritos no parágrafo sobre a base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Maestro Locadora de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.426	15.426	Fornecedores	11	6.099	2.400
Contas a receber de clientes	7	3.215	4.763	Empréstimos e financiamentos	12	22.528	15.279
Veículos em desativação para renovação da frota	8	1.975	5.396	Consórcios a pagar	13	1.953	3.071
Impostos a recuperar		871	243	Salários, encargos e contribuições sociais		326	251
Despesas antecipadas		316	265	Obrigações tributárias		56	60
Outras contas a receber		659	134	Outras contas a pagar		291	882
Total do ativo circulante		<u>22.462</u>	<u>26.227</u>	Total do passivo circulante		<u>31.253</u>	<u>21.943</u>
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	7	1.720	-	Empréstimos e financiamentos	12	35.651	21.201
Depósitos judiciais	14	5	5	Consórcios a pagar	13	232	4.265
Impostos diferidos	9	1.586	165	Impostos diferidos	9	-	4.284
Imobilizado	10	65.615	46.748	Provisão para contingências	14	23	266
Total do ativo não circulante		<u>68.926</u>	<u>46.918</u>	Total do passivo não circulante		<u>35.906</u>	<u>30.016</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15	30.535	30.535
				Prejuízos acumulados		(6.306)	(9.349)
				Total do patrimônio líquido		<u>24.229</u>	<u>21.186</u>
Total do ativo		<u>91.388</u>	<u>73.145</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>91.388</u>	<u>73.145</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011
Receita líquida	16	44.349	29.564
Custos de locação e venda de veículos	17	<u>(33.611)</u>	<u>(17.775)</u>
Lucro bruto		<u>10.738</u>	<u>11.789</u>
Outras (despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	18	(9.014)	(3.990)
Outras receitas operacionais		254	436
Despesas de transação		-	(694)
		<u>(8.760)</u>	<u>(4.248)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>1.978</u>	<u>7.541</u>
(Despesas) receitas financeiras			
Despesas financeiras	19	(6.042)	(9.038)
Receitas financeiras	19	<u>1.403</u>	<u>421</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(4.639)</u>	<u>(8.617)</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(2.661)</u>	<u>(1.076)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	<u>5.704</u>	<u>(3.619)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u><u>3.043</u></u>	<u><u>(4.695)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>3.043</u>	<u>(4.695)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>3.043</u></u>	<u><u>(4.695)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2011 (não auditado)		405	(4.654)	(4.249)
Prejuízo do exercício		-	(4.695)	(4.695)
Aumento de capital		30.130	-	30.130
Saldos em 31 de dezembro de 2011		30.535	(9.349)	21.186
Lucro líquido do exercício		-	3.043	3.043
Saldos em 31 de dezembro de 2012		30.535	(6.306)	24.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.043	(4.695)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.704)	3.619
Depreciação	5.743	8.525
Custo residual do ativo imobilizado baixado e de veículos em desativação para renovação de frota	20.617	2.708
Encargos financeiros	5.710	7.732
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.097	220
(Reversão) provisão para contingências	(243)	266
Provisão para perda dos veículos imobilizados e em desativação para renovação de frota	504	-
Outras provisões	-	103
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(1.268)	3.057
Impostos a recuperar	(628)	(137)
Despesas antecipadas	(51)	(716)
Outras contas a receber	(525)	(120)
Fornecedores	(1.755)	398
Outras contas a pagar	(519)	829
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>26.021</u>	<u>21.789</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	<u>(23.536)</u>	<u>(27.624)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(23.536)</u>	<u>(27.624)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	-	30.130
Amortização de empréstimos com partes relacionadas	-	(9.276)
Captação de empréstimos e financiamentos	28.959	-
Amortização de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e consórcios	(25.640)	-
Juros pagos	(5.804)	-
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos	<u>(2.485)</u>	<u>20.854</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>15.019</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	15.426	407
No final do exercício	<u>15.426</u>	<u>15.426</u>
	<u>-</u>	<u>15.019</u>
Atividades que não afetaram o caixa		
Aquisições de ativo imobilizado	18.774	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Maestro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, e foi constituída em 12 de março de 2007, com escritório administrativo localizado na Rua Cenno Sbrighi, 45, Água Branca, São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia atua em todo território nacional, no segmento de locação de veículos de longa duração, sem motorista, provendo serviços de terceirização de frotas. Os veículos são comprados junto às principais montadoras do país, permanecem em utilização segundo bases contratuais por aproximadamente 24 meses e são posteriormente vendidos em canais de revenda de usados e leilões especializados.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os instrumentos derivativos.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 12 - contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil; e
- Nota 03 - classificação de arrendamento mercantil

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 7 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- Nota 8 - Provisão para redução ao valor recuperável dos veículos em desativação para renovação de frota.
- Nota 9 - Impostos diferidos
- Nota 10 - depreciação, vida útil, valor residual da frota e provisão para redução ao valor recuperável dos veículos da frota; e
- Notas 14 - Provisão para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios e períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, consórcio a pagar, fornecedores e outras contas a pagar.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de taxa de juros sobre determinados empréstimos e financiamentos.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas diretamente no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia em 31 de dezembro de 2012 não são designados em um relacionamento de hedge que se qualifica, e, portanto, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, constituídas quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	2012	2011
Veículos ¹	2 - 3 anos	2 - 3 anos
Equipamentos de informática	5 - 10 anos	5 - 10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Rede de telefonia	5 anos	5 anos

Em relação aos veículos operacionais da Companhia, a depreciação é mensurada pela diferença entre o custo e o valor residual líquido, sendo, este último, o preço estimado de venda no curso normal dos negócios.

Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

c. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

d. Veículos em desativação para renovação da frota

A frota de veículos é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende basicamente o período em que a frota está alugada a terceiros. Após este período os veículos cessam sua depreciação e passam a ser mantidos para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do período de utilização da frota nas atividades de aluguel.

¹ A vida útil estimada dos veículos, normalmente é de 2 anos, mas ela pode variar em função do prazo de vigência do contrato de locação e de sua utilização.

Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos (que seguem o pronunciamento CPC 01 R1), são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f. Receita líquida operacional

(i) Receita de locação de veículos

A receita de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de locação de frota são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel.

(ii) Venda de veículos

A receita líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

g. Arrendamentos

(i) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(ii) Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a.** Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- b.** O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

i. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício e do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j. Novos normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros do Grupo, mas nenhum impacto nos passivos financeiros do Grupo.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

CPC 46 - Mensuração do valor justo

O CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersada em outro CPC. Sujeito a exceções limitadas, o CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outro CPC.. O CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2013.

CPC 33 (R1) Benefícios a empregados

O CPC 33 (R1) altera a definição de benefícios de curto e longo prazo para clarificar a distinção entre os dois. Para planos de benefício definido, a remoção da escolha de política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais não deve ter impacto na Companhia. Entretanto, o Grupo talvez tenha que avaliar o impacto das mudanças nos princípios de mensuração do retorno esperado sobre os ativos do plano. O CPC 33 (R1) é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

4 Determinação do valor justo

Nas políticas contábeis e na elaboração das demonstrações financeiras, há a observância do valor justo dos ativos e passivos financeiros e não financeiros. Tais valores têm sido apurados conforme os métodos citados a seguir. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo

a. Contas a receber de clientes e outras contas a receber

O valor justo de contas a receber de clientes e e outras contas a receber é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras.

b. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor principal acrescido dos juros contratados *pro-rata temporis* na data de divulgação dos resultados. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referencia a contratos de arrendamentos semelhantes.

c. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas diretamente no resultado

5 Gerenciamento do risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de liquidez
- Risco de crédito
- Risco de juros

As práticas de gerenciamento de risco têm por objetivo identificar, monitorar, analisar e mitigar potenciais perdas à Companhia, estabelecendo limites e controles para o seu gerenciamento.

A Diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão do gerenciamento dos riscos reportando-os de forma sistemática ao Conselho de Administração.

a. *Risco de mercado*

Definido como alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco taxa de juros e de valor residual dos veículos.

O constante monitoramento das curvas futuras de juros, com implicação direta na precificação do aluguel, permite à Companhia, a cada momento, mitigar efeitos de flutuações de juros nos prazos do contrato, preservando a rentabilidade dos mesmos ao longo de sua duração.

A Companhia busca também um adequado balanço entre suas captações de dívida pós e pré-fixadas. Embora o endividamento ainda apresente em sua maioria linhas bancárias pré-fixadas, iniciou-se no último trimestre de 2011, movimento no sentido de aumentar a participação de linhas pós-fixadas, visando capturar tendência de queda de juros para os próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2012, 74% do endividamento da Companhia era composto por linhas pré-fixadas.

Os valores residuais dos veículos, definidos como valores estimados de venda da frota após encerramento do ciclo do contrato de terceirização são constantemente monitorados pela Administração e levam em consideração principalmente fatores como valores atuais de mercado dos veículos, ciclo de vida dos modelos, canal de venda dos veículos e políticas do governo com relação aos impostos incidentes nas operações de vendas de veículos.

b. *Risco operacional*

Risco Operacional é o risco de natureza estrutural, tecnológica, pessoal e de infra-estrutura que surgem de todas as atividades intrínsecas à locação de automóveis.

A responsabilidade pela gestão dos riscos e otimização de seu monitoramento é da Administração. Dentre os principais riscos operacionais estão:

- Risco de performance: onde controles, processos e procedimentos devem garantir o fiel cumprimento dos itens contratados mantendo-se custos reais iguais ou inferiores aos projetados.
- Risco de integridade do ativo: definidos como perdas não previstas como multas, avarias e sinistros sejam cobertos por mecanismos perfeitamente definidos de reembolso e auto seguro.

c. *Risco de crédito*

Risco de Crédito é o risco da Companhia em incorrer em prejuízos financeiros decorrentes do não pagamento de obrigações contratuais pelos seus clientes.

Os principais elementos mitigadores do Risco de Crédito adotados pela Companhia são:

- Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de crédito.

- Padronização de contratos, dentro de certos parâmetros que não reduzam flexibilidade e atratividade comercial;
- Canal de comunicação rápido e transparente com o Cliente no sentido de dirimir com agilidade possíveis questionamentos de cobranças adicionais ao aluguel básico, tais como multas e avarias.

d. *Risco de liquidez*

O risco de Liquidez é definido como aquele em que a Companhia pode encontrar dificuldades no cumprimento de suas obrigações financeiras.

As principais ferramentas mitigadoras deste risco adotadas são:

Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de:

- Planejamento de Caixa: com grande ênfase na previsibilidade do capex líquido, ou seja, nas compras e vendas de veículos.
- Adoção de caixa mínimo, que permita cumprir obrigações contratadas mesmo num evento de hipotético stress de mercado, de enxugamento sistêmico de liquidez.

Gestão de capital

A prática adotada pela Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Capital consiste em capital social e prejuízos acumulados.

A Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis e níveis mais adequados de empréstimos e financiamentos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do período/exercício é apresentada a seguir:

	2012	2011
Total do passivo circulante e não circulante	67.160	51.960
Menos: caixa e equivalentes de caixa	<u>(15.426)</u>	<u>(15.426)</u>
	<u>51.734</u>	<u>36.534</u>
Total do patrimônio líquido	<u>24.228</u>	<u>21.186</u>
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	214%	172%

Abaixo demonstramos a exposição líquida ao final do exercício:

	2012	2011
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	(60.364)	(43.816)
Caixa e equivalentes de caixa	15.426	15.426
Exposição líquida	(44.938)	(28.390)

e. Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros é aquele o qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa e bancos	101	1.706
Aplicações financeiras	15.325	13.720
	15.426	15.426

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancários (CDB) remunerados a aproximadamente 100,5% do Certificado de Depósito Interbancários (CDI-C) e são concentradas em bancos de 1º linha, classificadas pelas principais agências de *rating*.

7 Contas a receber de clientes

	2012	2011
Circulante		
Locação e venda de veículos	3.365	4.983
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(150)	(220)
	3.215	4.763

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes classificadas no ativo circulante na data do relatório foi :

Faixa	2012	2011
À Vencer	2.480	2.610
Vencidos:		
De 1 a 60 dias	516	743
De 61 a 90 dias	24	338
De 91 a 180 dias	50	1.072
Acima de 180 dias	<u>295</u>	<u>220</u>
	<u>3.365</u>	<u>4.983</u>

Durante o exercício de 2012 foi revertida uma provisão no valor de R\$ 70 mil para títulos vencidos acima de 180 dias e, portanto, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ficou conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12/2011	(220)
Reversão da provisão	70
Constituição da provisão	<u>-</u>
Saldo em 31/12/2012	<u>(150)</u>

	2012	2011
Não circulante		
Locação de veículos	2.887	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.167)</u>	<u>-</u>
	<u>1.720</u>	<u>-</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes classificadas no ativo não circulante na data do relatório foi:

Faixa	2012	2011
À Vencer	24	-
Vencidos:		
De 1 a 60 dias	128	-
De 61 a 90 dias	122	-
De 91 a 180 dias	279	-
Acima de 180 dias	<u>2.334</u>	<u>-</u>
	<u>2.887</u>	<u>-</u>

O contas a receber “Não circulante” é composto por faturas a receber dos clientes que estão em processo de cobrança judicial em que a Companhia não possui expectativa de realização dentro do prazo de um ano da data base deste relatório.

De acordo a opinião dos advogados que patrocinam tais ações, as chances de recuperação dos montantes faturados existem, tendo em vista a solidez financeira das empresas em questão.

Desta forma, foi constituída provisão durante o exercício de 2012 de R\$ 1.167, para os títulos vencidos acima de 180 dias (aplicando-se 50% do saldo) e, portanto, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa das contas a receber classificadas no ativo não circulante ficou conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12/2011	-
Constituição da provisão	<u>(1.167)</u>
Saldo em 31/12/2012	<u><u>(1.167)</u></u>

8 Veículos em desativação para renovação da frota

	2012	2011
Veículos	2.076	5.396
Provisão para perda do valor recuperável	<u>(101)</u>	<u>-</u>
	<u><u>1.975</u></u>	<u><u>5.396</u></u>

A Companhia mantém política e procedimento para analisar e comparar o valor contábil dos veículos em desativação para renovação da frota com seu valor realizável líquido. E, quando há incertezas quanto a realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para perda (*impairment*) é constituída.

Durante o exercício de 2012, após a medida provisória que publicou a tabela de redução do IPI na venda de veículos novos, o mercado de seminovos também sofreu uma redução no preço de venda de seus veículos. Conforme as vendas realizadas após a aplicação da medida provisória, foi possível verificar que esta perda ficou em aproximadamente 5% do valor residual dos veículos. Desta forma, constituímos em dezembro de 2012, para os nossos veículos destinados à venda uma provisão para perda do valor recuperável no montante de R\$ 101.

9 Impostos diferidos

Durante o exercício de 2012, a Companhia, na expectativa de gerar lucro tributável suficiente para compensar o imposto diferido ativo integralmente nos próximos anos, reconheceu em sua demonstração financeira o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 6.877.

A seguir apresentamos as naturezas que representam os saldos de ativo e passivo fiscal diferido da Companhia nos períodos comparativos:

	2012			2011		
	Ativos	Passivos	Líquido	Ativos	Passivos	Líquido
Prejuízo fiscal e Base						
Negativa de IRPJ e CSLL	6.877	-	6.877	-	-	-
Ajuste de Arrendamento						
Mercantil	-	(2.009)	(2.009)	-	(2.234)	(2.234)
Ajuste de depreciação	-	(3.857)	(3.857)	-	(2.050)	(2.050)
Outras adições temporárias	574	-	575	165	-	165
Totais	<u>7.451</u>	<u>(5.866)</u>	<u>1.586</u>	<u>165</u>	<u>(4.284)</u>	<u>(4.119)</u>

A Companhia está demonstrando os saldos de impostos diferidos de maneira líquida no balanço patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O ativo é composto de prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL e outras diferenças temporárias, representadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perda do valor recuperável dos veículos em desativação para renovação de frota e provisão para contingências.

O passivo é composto do imposto a pagar diferido sobre as operações de arrendamento mercantil e o ajuste de depreciação sobre o ativo imobilizado entre a vida útil econômica e as taxas fiscais.

O crédito de imposto diferido reconhecido no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 5.704.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no resultado têm a seguinte origem:

	2012	2011
Ativo não circulante		
Outras diferenças temporárias	1.360	486
Prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL	<u>20.226</u>	<u>-</u>
	<u>21.586</u>	<u>486</u>
Passivo não circulante		
Ajuste de depreciação	(4.946)	(6.571)
Ajuste de arrendamento mercantil	<u>1.498</u>	<u>(4.557)</u>
	<u>(3.448)</u>	<u>(11.128)</u>
Total	<u>16.778</u>	<u>10.642</u>
Alíquota imposto de renda (25%)	4.194	(2.661)
Alíquota contribuição social (9%)	<u>1.510</u>	<u>(958)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	<u>5.704</u>	<u>(3.619)</u>

10 Imobilizado

Movimentação do custo

	2011		2012			Total
	Saldos	Adições	Baixas	Transfer. contra Veículos	Transfer. para renovação ²	
Veículos operacionais	53.538	242	(1.177)	24.191	(21.449)	55.345
Equipamentos de informática e telefonia	46	100	-	-	-	146
Máquinas e equipamentos	-	217	-	-	-	217
Móveis e utensílios	7	66	-	-	-	73
Móveis em arrendamento	27	-	-	-	-	27
Benfeitorias	41	95	-	-	-	136
Imobilizações em curso	-	41.590	-	(24.191)	-	17.399
	<u>53.659</u>	<u>42.310</u>	<u>(1.177)</u>	<u>-</u>	<u>(21.449)</u>	<u>73.343</u>

Movimentação da depreciação acumulada

	V.U. ³	2011		2012		Total
		Saldos	Adições	Baixas	Transfer. Renovação ⁴	
Veículos operacionais	2-3	(6.903)	(5.724)	153	5.176	(7.298)
Equipamentos de informática e telefonia ⁵	5-10	(4)	(7)	-	-	(11)
Máquinas e equipamentos	10	-	(1)	-	-	(1)
Móveis e utensílios	10	(4)	(7)	-	-	(11)
Móveis em arrendamento	10	-	-	-	-	-
Benfeitorias	10	-	(4)	-	-	(4)
Imobilizações em curso	10	-	-	-	-	-
		<u>(6.911)</u>	<u>(5.743)</u>	<u>153</u>	<u>5.176</u>	<u>(7.325)</u>
Provisão para redução ao valor recuperável de veículos		-	(403)	-	-	(403)
Imobilizado líquido		<u>46.748</u>	<u>36.164</u>	<u>(1.024)</u>	<u>(16.273)</u>	<u>65.615</u>

Para os veículos em término de contrato ou com expectativa de término durante o 1º semestre de 2013 (598 veículos com valor atualizado de R\$11.128 - informações não auditada), a Companhia realizou análise de redução ao valor recuperável, em função da redução do IPI. Esta análise respeitou a expectativa da data de retorno do veículo a Companhia para disponibilizá-lo para venda e a expectativa de data de venda do veículo, e resultou em uma provisão no montante de R\$403, ou 4% do valor atualizado da frota analisada.

² Transferência para desativação para renovação de frota

³ V.U. é o tempo de vida útil de cada item do ativo, conforme nota 3, item b., subitem (iii).

⁴ Transferência para desativação para renovação de frota

⁵ Foram considerados os prazos de 5 anos para equipamentos de Telefonia e 10 para equipamentos de informática.

11 Fornecedores

	2012	2011
Montadoras	5.454	1.811
Fornecedores diversos	645	589
	6.099	2.400

12 Empréstimos e financiamentos

O perfil do endividamento da Companhia nos exercícios de 2012 e 2011 está resumido nos quadros abaixo:

2012								
Modalidade	Moeda	Taxa Ano (%)		Ano de vcto	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
CDC/Compror	R\$	1,33 a.m	1,35 a.m	2016	241	446	687	1
Giro (Pré)	R\$	0,96 a.m	1,31 a.m	2015	12.764	18.951	31.715	54
		CDI + 0,30 a.m	CDI + 0,34 a.m	2015	4.724	8.645	13.369	23
Giro (Pós)				2016	4.562	6.723	11.285	19
Leasing (Pré)	R\$	0,99 a.m	1,33 a.m	2016	816	1.219	2.035	3
Leasing (Pós)	R\$	CDI + 0,30 a.m	CDI + 0,32 a.m	2016	816	1.219	2.035	3
					23.107	35.984	59.091	100
Despesa antecipada s/ empréstimos					(579)	(333)	(912)	
Total					22.528	35.651	58.179	

2011								
Modalidade	Moeda	Taxa ano (%)		Ano de vcto	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
CDC/Compror	R\$	1,26 a.m	1,47 a.m	2015	2.412	3.066	5.478	15
Giro	R\$	1,24 a.m	1,24 a.m	2015	3.360	4.392	7.752	21
Leasing (Pré)	R\$	1,12 a.m	1,19 a.m	2015	6.487	12.117	18.604	51
		CDI + 0,32 a.m	CDI + 0,71 a.m	2015	3.020	1.626	4.646	13
Leasing (Pós)	R\$			2015	15.279	21.201	36.480	100

As parcelas classificadas no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2012
2014	24.699
2015	10.761
2016	524
	35.984

Em 31 de dezembro de 2012, com exceção da linha de giro, todas as demais linhas estão 100% garantidas por veículos. Não há exposição cambial de nenhuma espécie.

Combinados os empréstimos, financiamentos e consórcios (vide nota 13) compõem a dívida bruta de R\$60.364 em 31 de dezembro de 2012 (R\$43.816 em 2011).

Os empréstimos são garantidos por veículos na modalidade leasing e composição de veículos e/ou recebíveis em algumas operações de capital de giro. Nenhuma operação vigente em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está sujeita a cláusulas de restrições, “*covenants*”, devido ao fato dos empréstimos e financiamentos já possuírem os próprios veículos em garantia.

Análise de sensibilidade

Do passivo total, 26% está indexado ao CDI e, portanto, exposto à variação das taxas de juros.

Para 31/12/2012, a análise de sensibilidade contempla dois cenários de *stress*, I e II, com 25% e 50%, respectivamente, de aumento em relação ao patamar base de Selic de 7,25%.

Como a posição aplicadora, também indexada ao CDI, é superior à dívida bruta, cenários de *stress* de taxas de juros para este período apontam para resultados líquidos positivos como no quadro abaixo, na página seguinte.

	Cenários		
	Base	I	II
Taxa de Juros	7,25%	9,06%	10,88%
Variação em relação ao cenário base	-	25%	50%
Dívida bruta indexada ao CDI	(15.404)	(15.683)	(15.962)
Aplicações indexadas ao CDI	15.325	15.603	15.881
Efeito líquido patrimonial	(79)	(80)	(81)
Efeito líquido no resultado	-	(1)	(2)

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa 20.

13 Consórcios a pagar

	2012	2011
Circulante	1.953	3.071
Não circulante	232	4.265
	2.185	7.336

As parcelas classificadas no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2012
2014	<u>232</u>
	<u>232</u>

Em 31 de dezembro de 2012, a Maestro possuía em seu balanço 403 veículos (informação não auditada) financiados pela modalidade de consórcio, cujas cotas foram formadas entre dezembro de 2009 e julho de 2011, com taxas de administração entre 10% e 11%, diluídas ao longo do período total do consórcio, de 54 a 59 meses. O valor médio financiado por cota é de R\$ 22.

O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 de todas as cotas era de R\$ 2.185 com prazo de vencimento médio de 23 meses.

14 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações cíveis, decorrentes do curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2012	2011
Contingências cíveis	<u>23</u>	<u>266</u>

A Companhia não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível. A estimativa dos valores relacionados a processos com probabilidade de perda, classificadas como possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 553 mil (R\$ 369 mil em 2011) e estes processos estão relacionados a causas cíveis.

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais na esfera cível, registrados no valor de R\$ 5 em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

As movimentações da provisão e dos depósitos judiciais estão demonstradas abaixo:

	Saldos em 31/12/11	Constituição	Reversões	Saldos em 31/12/12
Cíveis	266	-	(243)	23
Depósitos judiciais	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>
	<u>261</u>	<u>-</u>	<u>(243)</u>	<u>18</u>

15 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é constituído de 1.160.402 ações ordinárias, representando o capital social de R\$ 30.535. As ações não possuem valor nominal. Todas as ações emitidas estão totalmente integralizadas. Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social.

A Companhia foi constituída em 10 de junho de 2008 com o capital de R\$ 405, representado por 405.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que foram integralizados em 10 de junho de 2008 pelos sócios quotistas Fabio Lewkowicz, Alan Lewkowicz e Natalie Lewkowicz (135.000 ações ordinárias) cada um.

Em 10 de outubro de 2011, o capital da Companhia foi aumentado em R\$ 30.130, representado por 755.402 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de aproximadamente de R\$39,88604 por ação, totalizando R\$30.130. A ações foram totalmente subscritas pelo Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes Stratus Fleet, pela Stratus Investimentos Ltda., e pela Lewco Participações e Administração Ltda (a integralizar).

Em 20/12/2012, foi realizada uma movimentação de ações nominativas, em uma operação de compra e venda de ações pelo valor simbólico de R\$1,00, entre os atuais sócios, ficando a composição societária de acordo com o quadro abaixo:

Quotistas	Ações integralizadas em 31/12/2011	Movimentação	Ações integralizadas em 31/12/2012	Capital subscrito 2012	Capital subscrito 2011
Fundo Mútuo de Investimento em empresas emergentes <i>Stratus Fleet</i>	719.049	61.638	780.687	28.680	26.680
Lewco Participações e Administração Ltda.	25.071	2.149	27.220	1.000	1.000
Stratus Investimentos Ltda.	11.282	967	12.249	450	450
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	405.000	(64.754)	340.246	405	405
	<u>1.160.402</u>	<u>-</u>	<u>1.160.402</u>	<u>30.535</u>	<u>30.535</u>

16 Receita líquida

Abaixo apresentamos a receita líquida, por natureza, apresentada na demonstração de resultado do período:

Descrição	2012	2011
Locação de veículos	25.967	22.920
Venda de veículos	<u>18.382</u>	<u>6.644</u>
Total da receita líquida	<u>44.349</u>	<u>29.564</u>

Abaixo demonstramos a receita bruta menos as deduções de vendas:

Descrição	2012	2011
Receita bruta	43.942	30.356
Menos		
Impostos sobre vendas	423	(152)
Devoluções	<u>(16)</u>	<u>(640)</u>
Total da receita líquida	<u><u>44.349</u></u>	<u><u>29.564</u></u>

17 Custo de locação e venda de veículos

Descrição	2012	2011
Custos de manutenção	(8.028)	(6.542)
Custos com depreciação	(5.486)	(8.525)
Provisão para redução ao valor recuperável de veículos (imobilizado e em desativação para renovação de frota)	(504)	-
Custos dos veículos vendidos	<u>(19.593)</u>	<u>(2.708)</u>
	<u><u>(33.611)</u></u>	<u><u>(17.775)</u></u>

18 Despesas administrativas e gerais

Descrição	2012	2011
Despesas gerais	(5.032)	(3.190)
Despesas tributárias	(22)	(116)
Despesas com pessoal	<u>(3.960)</u>	<u>(684)</u>
	<u><u>(9.014)</u></u>	<u><u>(3.990)</u></u>

19 Resultado financeiro

Despesas financeiras	2012	2011
Juros passivos	(5.722)	(7.733)
Descontos concedidos	(36)	-
Despesas bancárias	(100)	(112)
Taxa de administração de consórcio	(103)	(1.117)
IOF	<u>(81)</u>	<u>(76)</u>
Total	<u><u>(6.042)</u></u>	<u><u>(9.038)</u></u>

Receitas financeiras	2012	2011
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.179	288
Juros ativos	<u>224</u>	<u>133</u>
Total	<u><u>1.403</u></u>	<u><u>421</u></u>

20 Partes relacionadas

Em 2012, a remuneração total dos Administradores foi de R\$816 mil (R\$145 mil em 2011), a título de remuneração fixa. Não houve pagamento de bônus ou qualquer outro tipo de remuneração variável no período do exercício e não houve qualquer outra transação na Companhia envolvendo partes relacionadas.

21 Instrumentos financeiros

Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito, na data das demonstrações financeiras foi:

	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	15.426	15.426
Contas a receber de clientes	4.935	4.763
Outras contas a receber	659	134
	<u>21.020</u>	<u>20.323</u>

Riscos de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Passivo financeiro não derivativo	2012	2011
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	60.364	43.816
Fornecedores e outras contas a pagar	6.391	3.282
	<u>66.755</u>	<u>47.098</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2012:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	60.364	27.202	28.201	13.935	69.338
Fornecedores e outras contas a pagar	6.391	6.391	-	-	6.391
	<u>66.755</u>	<u>33.593</u>	<u>28.201</u>	<u>13.935</u>	<u>75.729</u>

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	15.426	15.426	15.426	15.426
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	4.935	4.935	4.763	4.763
Outros contas a receber	659	659	134	134
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	60.364	60.364	43.816	43.816
Fornecedores	6.099	6.099	2.400	2.400
Outras contas a pagar	292	292	882	882

A Administração entende que os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseada na variação do CDI.
- **Contas a receber de clientes, outros contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzindo de provisão para perdas quando aplicável ou relevante.
- **Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

Vide maiores detalhes sobre gerenciamento de risco financeiro na nota explicativa nº 5.

Riscos de taxa de juros

A Companhia contratou operações de swap, com o objetivo de se proteger contra as variações das taxas de juros.

As posições de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2012 são como segue:

Instrumento	Objeto de proteção	Vencimentos	A receber	A pagar	Valor de referência notional	Valor de mercado
Swap	Empréstimo	08/10/2015	Taxa Pre 9,082% a.a. / 10,658% a.a.	CDI + 4,245% a.a. / CDI + 4,25% a.a.	4.942	5.073

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem a Política de Risco adotada pela Companhia e foram satisfatórios.

O valor justo de opção de swap de taxa de juros é baseada nas cotações de bancos. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.

Os efeitos das operações de swap no resultado do exercício findo em 31.12.2012 foi uma despesa de R\$21 mil.

22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros para seus bens sujeitos a riscos, por valores suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Como as premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, elas não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Uma vez que os contratos de terceirização preveem cobertura de danos materiais e pessoais à terceiros para cada veículo locado, foi feita a contratação de apólice de seguro, nos valores de R\$ 50 para danos materiais e R\$ 100 para danos pessoais para cobertura de eventuais indenizações à terceiros advindas destes contratos de terceirização.

* * *

Carlos Alves
Diretor Financeiro

Henrique Barbosa
Contador CRC RJ-098261/O-8